

CENTENÁRIO DA COMISSÃO RONDON: UM OLHAR SOBRE A MULHER NAMBIQUARA

Anna Maria Ribeiro F. M. Costa¹

José Eduardo F. M. Costa²

*Centenário da Comissão Rondon: um olhar sobre a mulher Nambiquara*³ traz à memória um recorte temático da passagem da expedição em terras dos índios Nambiquara, chefiada por Cândido Mariano da Silva Rondon. Reproduz uma parte do acervo do Museu do Índio do Rio de Janeiro, da Fundação Nacional do Índio, e desenhos a nanquim de artefatos do cotidiano do povo Nambiquara do Cerrado, em especial, aqueles destinados ao sexo feminino.

As lentes dos fotógrafos-expedicionários Leduc, Thomaz Reis, Benjamin Rondon e José Louro⁴, associadas aos desenhos, registram

1 Doutora em História pela UFPE, Mestre em História pela UFMT, Pesquisadora da FUNAI, Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e Professora do UNIVAG – Centro Universitário.

2 Mestre em Geografia pela UFMT, Antropólogo e Indigenista da Fundação Nacional do Índio - FUNAI.

3 Este artigo consiste na versão textual de uma série de 32 cartões-postais, em preto-e-branco (8 fotografias e 8 desenhos em duplicata), disposta em uma caixa. Nossos agradecimentos especiais à Secretaria de Estado de Cultura de Mato Grosso que, em 2006, aprovou o projeto intitulado *Centenário da Comissão Rondon: um olhar sobre a mulher Nambiquara* pelo Conselho Estadual de Cultura, que contou com o financiamento da Lei Estadual de Incentivo à Cultura. Também pelo apoio recebido do Museu do Índio-FUNAI e do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Não poderíamos deixar de externar nossa atenção aos editores Carlini & Caniato pelo carinho dedicado em todas as fases da impressão. Lévi-Strauss foi presenteado com essa caixa de cartões-postais e, em missiva, escreveu: "Os cartões que você me enviou tornaram acessíveis documentos preciosos. Eu os olhei com muito interesse, misturado com emoção e fiquei muito grato por isso." Paris, 18 de Setembro de 2007.

4 Todas as reproduções fotográficas aqui apresentadas fazem parte da obra RONDON, Cândido Mariano da Silva. **Índios do Brasil**: do Centro ao Noroeste e Sul de Mato Grosso. Ministério da Agricultura. Rio de Janeiro: Conselho Nacional e Proteção aos Índios, 1946 (Publicação Nº 97). Os desenhos à tinta nanquim, de autoria de Anna Maria Ribeiro F. M. Costa, produzidos originalmente a bico de pena sobre papel vegetal entre os anos de 1989 e 1990 e reproduzem o acervo de artefatos dos índios Nambiquara da Chapada dos Parecis. A totalidade das pranchas encontra-se em COSTA, Anna Maria Ribeiro F. M. **Nambiquara do Cerrado**: cultura material. Cuiabá: Artíndia/FUNAI/Museu Rondon/UFMT. Registrado no Escritório de Direitos Autorais da Fundação Biblioteca Nacional, Secretaria de Cultura da Presidência da República. Rio de Janeiro, 1993, 231 p. (Digitado).

imagens da mulher Nambiquara, seus adereços, objetos mágicos, lúdicos, de guarda de alimentos e de transporte confeccionados com frutos da cabaceira, taquara, palha de milho, fibras de algodão, tucum e embira. Rememorar os feitos da *Comissão Rondon* com base na iconografia, consiste também em prestar uma homenagem às mulheres indígenas, em especial, as da etnia Nambiquara, que redimensionam dia-a-dia, junto aos seus maridos e filhos, novas práticas impostas pelo contato com a sociedade nacional, caracterizado por ser extremamente violento.

A COMISSÃO RONDON

Cândido Mariano da Silva Rondon (1865-1958) nasceu em Mimoso, Mato Grosso. Ao concluir os estudos elementares em Cuiabá, ingressou no Exército, onde se graduou em Ciências Físicas e Naturais pela Escola Militar da Praia Vermelha, em 1890. A convite de Benjamim Constant, lecionou Astronomia e Mecânica na Escola Militar, no Rio de Janeiro. Pouco tempo depois, de 1890 a 1898, passou a integrar a Comissão Construtora de Linhas Telegráficas de Cuiabá ao Araguaia. Foi nesse momento, inicialmente sob o comando de Gomes Carneiro, que Rondon adentrou em terras pertencentes aos índios Bororo, na época, obstáculo à comunicação entre Goiás e Mato Grosso.

De 1900 a 1906 foi empreendida por Rondon a Comissão Construtora de Linhas Telegráficas no Estado de Mato Grosso. Com duração de 70 meses, a linha telegráfica, elemento de segurança e ocupação para as fronteiras, partiu de Cuiabá com o propósito de chegar a Corumbá – quando também construiu o ramal Cuiabá-Cáceres. Ancorado em crenças positivistas, o início do regime republicano supunha as populações indígenas como passíveis de serem “civilizadas” e que “[...] forneceriam o contingente de mão-de-obra para garantir o desenvolvimento e a defesa da região [...]”⁵ necessárias para despontar como grande fornecedora de matérias-primas.

Ao final dos trabalhos, a malha da grande rede telegráfica compunha-se de 1.746 quilômetros de linha e 17 estações telegráficas.

Rondon, a convite de Afonso Pena, na presidência do Brasil, chefiou a Comissão de Linhas Telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas (1907-1915), quando cruzou o grande divisor das águas das bacias Platina e Amazônica. A linha tronco Cuiabá-Santo Antônio do Madei-

5 BIGIO, Elias dos Santos. *As estratégias políticas de Rondon (1889-1930)*. Brasília: CGDOC/FUNAI, 2003, p. 21.

ra, atual cidade de Porto Velho, comportou também a construção do ramal Cáceres-Vila Bela, na fronteira boliviana. Além da implantação dos telégrafos, propôs-se a procedência de estudos científicos das áreas exploradas, passando a denominar-se “Comissão Rondon”.

A “Comissão Rondon” constituiu-se de três expedições. A primeira partiu em 1907, de Brotas, hoje Acorizal⁶, em direção ao rio Juruena, passando por Diamantino, na Chapada dos Parecis. Composta por 17 expedicionários, 34 muares e 4 bois cargueiros, ao adentrar em terras Nambiquara, Antônio Leite, Lyra, Rondon e Leduc, a cavalo, foram alvejados pelas flechas envenenadas dos Nambiquara. Após esse episódio, retornaram a Diamantino.

Um ano depois, a segunda expedição empreendida pela “Comissão Rondon” montou uma base militar às margens do Juruena para seguir em direção à Serra do Norte. Era composta de 127 homens, 80 muares de carga e de sela, 6 cavalos, 96 bois cargueiros e mais de 20 para alimentação do pessoal. Os irmãos Toloiri e Zoolo, índios Paresi, conhecedores do idioma Nambiquara, fizeram parte dessa expedição, que seguiu do Juruena até o rio Doze de Outubro, data em que finalizou os trabalhos.

A terceira expedição, iniciada em 1909, partiu do rio Juruena com o propósito de unir-se, nas cabeceiras do rio Jaci-Paraná, à turma chefiada pelo capitão Pinheiro e Amílcar Botelho de Magalhães, que chegaria por via fluvial, vinda de Manaus. Devido a uma série de imprevistos, o encontro na selva, como planejado, não ocorreu. Entretanto, não impediu a chegada de Rondon, em Santo Antonio, no final do mesmo ano. Os membros da comissão retornaram para o Rio de Janeiro, via Manaus. Ao chegarem, em fevereiro, os cariocas interromperam o Carnaval para homenageá-los. Viveiros destaca este episódio, ao rememorar as impressões de Rondon: “[...] causou sensação nosso regresso, a ponto de se interromperem os folguedos de Momo, durante o meu desembarque no Cais Pharoux, com estrondos e espontânea manifestação.”⁷

Doentes, foram internados na Santa Casa, até mesmo os índios Paresi e Chiquitano que integraram a expedição. A “Comissão Ron-

6 No dia 9 de abril de 2007, na praça da cidade de Acorizal, a Secretaria de Estado de Cultura inaugurou o Marco Histórico Marechal Rondon, do artista plástico Frede Fogaça, alusivo às Comemorações do Centenário da Comissão Rondon. Na oportunidade, contou com a presença do Secretário de Estado de Cultura, João Carlos Vicente Ferreira, autoridades locais, familiares de Cândido Mariano da Silva Rondon e de “Dona Batatinha”, cozinheira de uma das equipes da Comissão Rondon. No evento, também foram lançados pelo IHGMT o estudo “Estrada de ferro norte Matto Grosso”, de Oscar Moreira, e pela Secretaria de Estado de Cultura o CD *Mato Grosso Cívico*, do Corpo Musical da Polícia Militar de Mato Grosso.

7 VIVEIROS, Esther de. *Rondon conta sua vida*. Rio de Janeiro: Cooperativa Cultural dos Esperantistas, 1969, p. 316.

don” continuou até 1915, quando foi concluída a ligação telegráfica do Amazonas ao restante do país, com a inauguração da Estação Telegráfica de Santo Antônio. Os trabalhos da Linha Telegráfica, quando finalizados, empreenderam 1.497 quilômetros, 784 quilômetros de ramais, com 32 estações.

A “Comissão Rondon” destacou-se, também, pelo seu caráter científico, ao dar início a uma série de estudos elaborados pelos mais importantes especialistas da época. Do extenso território percorrido, originou-se um precioso acervo bibliográfico, que conta com mais de uma centena de volumes. Integrados à “Comissão Rondon”, cientistas realizaram inúmeros estudos voltados à etnologia e lingüística indígena, geografia, geologia, botânica e zoologia.

Paralelamente aos seus objetivos estratégicos, essas expedições desempenharam um papel de grande relevância junto às populações indígenas as quais mantiveram contato. Teve, sob seus cuidados, povos indígenas até então desconhecidos, o que permitiu o estabelecimento de um novo padrão de relacionamento com essas populações. As comissões possibilitaram o contato com os Bororo, Paresi, Nambiquara, Urupá, Jarú, Karipuna, Boca Negra, Pacaás Novo, Macuporé, Guaraya, Macurape, Kepkiriwát, Ariken, dentre outras etnias.

Fruto ainda de seus esforços, o governo criou, em julho de 1910, o Serviço de Proteção aos Índios e de Localização dos Trabalhadores Nacionais como forma de assistir aos índios e trabalhadores da floresta. Darcy Ribeiro, que trabalhou junto a Rondon, destaca a importância desse acontecimento que “[...] representa para os índios o que representou a Abolição para os escravos. Rondon não só afirmava o direito de os índios serem e continuarem sendo índios, mas criava todo um serviço.”⁸

Os métodos protecionistas iniciados por Rondon foram apontados em 1911 pelo Congresso Universal das Raças, em Londres, como exemplo a ser seguido pelos países habitados por minorias étnicas. Rondon permaneceu à frente dos trabalhos da Linha Telegráfica até 1930, acumulando cargo a partir de 1927, com o de Inspetor de Fronteiras. Ao percorrer 17.316 quilômetros, do Oiapoque ao Rio Grande do Sul, praticamente inspecionou e definiu a demarcação das fronteiras do Brasil. Durante esse período, teve a oportunidade de preparar uma minuciosa documentação cartográfica da região explorada.

Agraciado com diferentes títulos e condecorações, teve seu princípio indigenista recomendado em 1956 pela 39ª Conferência

8 RIBEIRO, Darcy. Rondon. *Confissões*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 152.

Internacional do Trabalho, aos países membros. Em 1957, seu nome foi novamente apresentado como candidato ao Prêmio Nobel da Paz. No ano seguinte, veio a falecer na cidade do Rio de Janeiro, quando foi sepultado com honras de Chefe de Estado.

MULHER, MEL E URUCUM

Para os grupos Nambiquara do Cerrado, as palavras mulher, mel e urucum são pronunciadas com um som semelhante: *dusu*. Este encantamento paronímico designa três substantivos comuns que, na cosmologia desses índios, encontram-se repletos de simbolismo. A mulher, dentro da concepção mais ampla que esta palavra abrange, é o próprio princípio da vida, no sentido de poder gerar filhos, perpetuar a espécie humana; o mel corresponde à pura doçura que um alimento pode oferecer, necessário ao ânimo, à alegria que todo Nambiquara busca como significação da felicidade; o urucum, que se encontra na narrativa mitológica referente ao surgimento das espécies vegetais, representa o sangue do menino que se transformou em plantas comestíveis e utilitárias, imprescindíveis à boa saúde espiritual e corporal.

● Pelos homens, a mulher é enaltecida por sua jovialidade, beleza, disponibilidade e doçura. O ideal amoroso masculino nutre-se da associação desses atributos à aptidão em cumprir tarefas cotidianas no espaço da aldeia e, fora dele, aos méritos coletores, ou seja, pelo modo como as qualidades constitutivas do produto de seu trabalho se manifestam. Grande parte do labor doméstico feminino é praticada na casa e arredores, quando preparam e armazenam alimentos, confeccionam peças ornamentais, cuidam e brincam com suas crianças. Fora daí, em expedições pelo cerrado, coletam matérias-primas, frutos, tubérculos, insetos (inclusas as larvas) e produtos da roça.

● Nos costumes dos Nambiquara, uma menina-moça não deve casar-se, engravidar e gerar filhos, caso não tenha experimentado a reclusão que marca a menarca, iniciação à puberdade feminina, e toda a aprendizagem proveniente deste estado: cuidados com o corpo, conhecimento farmacológico (em especial para deter o fluxo catamenial), cantigas entoadas nessas noites, mesmo que não cante junto aos demais participantes. Além desses ensinamentos, a menina deve ter consciência de que o esforço de seus pais e da comunidade destina-se à sua proteção contra espíritos maléficos que estão à sua espreita.

● A aspiração de uma menina-moça em relação a quem irá unir-se pelo casamento assemelha-se ao desejo dos homens: beleza, alegria e jovialidade. Muitas vezes, para o pai, o querer de suas filhas deixa de existir. Ele se mira na possibilidade de receber um homem trabalhador,

que o auxiliará nas atividades agrícolas, na caça, na pesca, na coleta e a na construção de casas e artefatos. Como o pai é considerado o dono da menina-moça até que ela se case e, também durante os primeiros anos do casamento, poderá tomar sua filha de seu genro se por ventura não estiver sendo bem cuidada.

Os Nambiquara complementam que a reclusão da menina púbere é importante porque tem a função de protegê-la dos espíritos maléficos que a cercam, principalmente neste período. O odor do sangue catamenial costuma atrair seres sobrenaturais que lhe querem mal e que, muitas vezes, a leva à morte. O antropólogo norte-americano, David Price, informa que entre os grupos do cerrado, a prática da reclusão das meninas púberes dá-se como um impedimento ao “[...] espírito do gavião que beberia seu sangue e levaria seu espírito para o céu.”⁹ Todavia, não somente as moças devem permanecer dentro de sua casa. No período em que estão menstruadas, torna-se oportuno que as mulheres não se afastem muito de suas casas, principalmente desacompanhadas, pois ficam mais expostas aos ataques dos seres sobrenaturais.

Logo ao término do ritual de reclusão a menina púbere, até então guardada por seu pai, será oferecida a um homem e, se possível, em obediência aos padrões estabelecidos por sua sociedade. Meninas casadoiras são comumente associadas às preciosas e brilhantes contas do colar de contas pretas. E os pais dessas meninas consideram-nas seus possuidores, assim como desses adornos.

De fabricação feminina, os Nambiquara têm muito apreço por esse artefato. O trabalho divide-se em diversas fases e pode, a depender do tamanho das contas e do número de voltas, durar alguns meses. Ele se inicia com a coleta. Por vários dias, as mulheres, sempre acompanhadas por seus filhos, até mesmo os de colo, suspensos em tipóias, caminham pelo campo cerrado, a buscar cocos acondicionando-os em seus cestos-cargueiros, acomodados às costas. Depois, passam a quebrá-los em muitos e muitos pedacinhos para, na próxima etapa, perfurá-los, um a um, centenas deles, e atravessar um cordão das fibras da própria palmeira do tucum. Esse cordel, já com todas as contas, é burilado com lixas grossas de madeira até adquirir a forma arredondada; o acabamento é feito comumente com a folha da Lixeira (*Curatella americana*), um arbusto do cerrado.

Colares de contas pretas adornam homens e mulheres, independente da idade. Bebês recém-nascidos já podem exibí-los cruzados

9 PRICE, Paul David. *Nambiquara society*. Tese de doutorado. University of Chicago, 1972, p. 195.

no peito, enrolados no pulso e nos quadris, assim como as meninas-moças nas festividades a elas reservadas. Mas, para os Nambiquara, o colar de contas pretas vai muito além da função de decoro. Homens e mulheres devem enfeitar-se. Estar bonito implica no uso de adornos e de pinturas corporais (jenipapo, urucum e açafrão), ambos entendidos como vestimentas, responsáveis em propiciar saúde ao corpo e à alma. Esse estado de beleza também satisfaz aos espíritos benévolos, representantes da ancestralidade e da natureza que os visitam com regularidade, ocasião em que exercem, também, a função de protegê-los das ações dos seres sobrenaturais maléficos.

A troca matrimonial entre os grupos do cerrado constrói o casamento não como uma instituição que irá definir a relação entre duas pessoas, mas como um processo que envolve dois grupos endogâmicos, de preferência. Um homem, ao tomar uma mulher que não seja da categoria “esposa”, confunde o sistema de normas que rege os enlaces matrimoniais e, por isso, “[...] existe uma pressão social geralmente considerável para um homem se casar na categoria apropriada; e quando não há nenhuma esposa em potencial na aldeia, ele a procura em outro lugar”¹⁰. Essas trocas matrimoniais engendram a trama das relações sociais.

O padrão preferencial de união entre um homem e uma mulher é uxorilocal, endogâmico, em relação à aldeia, e de primos cruzados bilaterais. Portanto, o casamento ideal para as famílias diretamente envolvidas no enlace matrimonial consiste naquele em que os cônjuges são primos-cruzados, que resida na mesma aldeia e que após a consolidação da união aí continuarão a viver, passando a morar na casa dos pais da moça.

O parentesco Nambiquara, a relação social não coincide somente com a consangüinidade (noção biológica), mas firma-se na filiação (convenção social) indiferenciada, bilateral ou cognática¹¹, reconhecendo ao mesmo tempo o lado paterno e o materno, tratando-os de modo idênticos. Entre os grupos do cerrado, o casamento caracteriza-se por ser endogâmico, isto é, a obrigação de procurar o cônjuge dentro do grupo de filiação. Porém, não significa que as relações exogâmicas não possam existir; estas se caracterizam por constantes tensões¹².

10 PRICE, Paul David. Nambiquara leadership. In: *American Ethnological Society*. Vol. 8, No. 4, November, 1981, p. 691.

11 Para saber sobre estas designações, consultar AUGÉ, Marc (Dir.). *Os domínios do parentesco* (filiação, aliança matrimonial, residência). Lisboa: Edições 70, p. 23 (Perspectivas do Homem: as culturas, as sociedades).

12 Para os conceitos de endogamia e exogamia, consultar o capítulo IV da obra de LÉVI-STRAUSS, Claude. *As estruturas elementares do parentesco*. Tradução de Mariano Ferreira. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976, p. 82-91 (Antropologia, 9).

O casamento possibilita alianças políticas entre o sogro e seus genros, criando novas facções; indica também que assegurará à aldeia o acesso aos bens escassos. Sogros devem conseguir genros; cunhados tentam mulheres para si, em troca de suas irmãs; grupos residenciais almejam manter sua força de trabalho e um líder de família extensa responsabiliza-se por seus irmãos para reforçar sua liderança. Atualmente, existem algumas aldeias com grande número de indivíduos e, assim, inclui mais de uma facção que, com o tempo, tenderão à fissão, à criação de uma aldeia ou ao incremento populacional de outra.

Homens Nambiquara podem se casar com duas mulheres que, de conformidade com o costume desses índios, devem ser irmãs. A poliginia não consiste em uma prática comum entre os grupos do cerrado. Unir-se a duas mulheres indica que essa família será numerosa e o cônjuge deverá ocupar-se de mais tempo com as atividades agrícolas e de caça, principalmente, até que seus filhos e genros possam ajudá-lo.

Sempre bem-vinda ao mundo Nambiquara, a mulher desfruta de privilegiada posição, mesmo que não exerça alguma função que a destaque diante das demais. Ela representa o bem mais cobiçado pelos homens. Junto ao seu companheiro, pode compartilhar de importantes decisões.

A mulher Nambiquara é enaltecida por sua beleza e pelo modo como as qualidades constitutivas do produto de seu trabalho se manifestam. Desde pequenas, são preparadas para os inúmeros afazeres que executarão num futuro bem próximo, já que se casam muito novas. Grande parte do trabalho doméstico feminino é praticada no espaço da aldeia. Fora daí, coletam matérias-primas, frutos, insetos, produtos da roça, preparam e armazenagem alimentos e confeccionam várias peças ornamentais.

DOCUMENTAÇÃO ICONOGRÁFICA

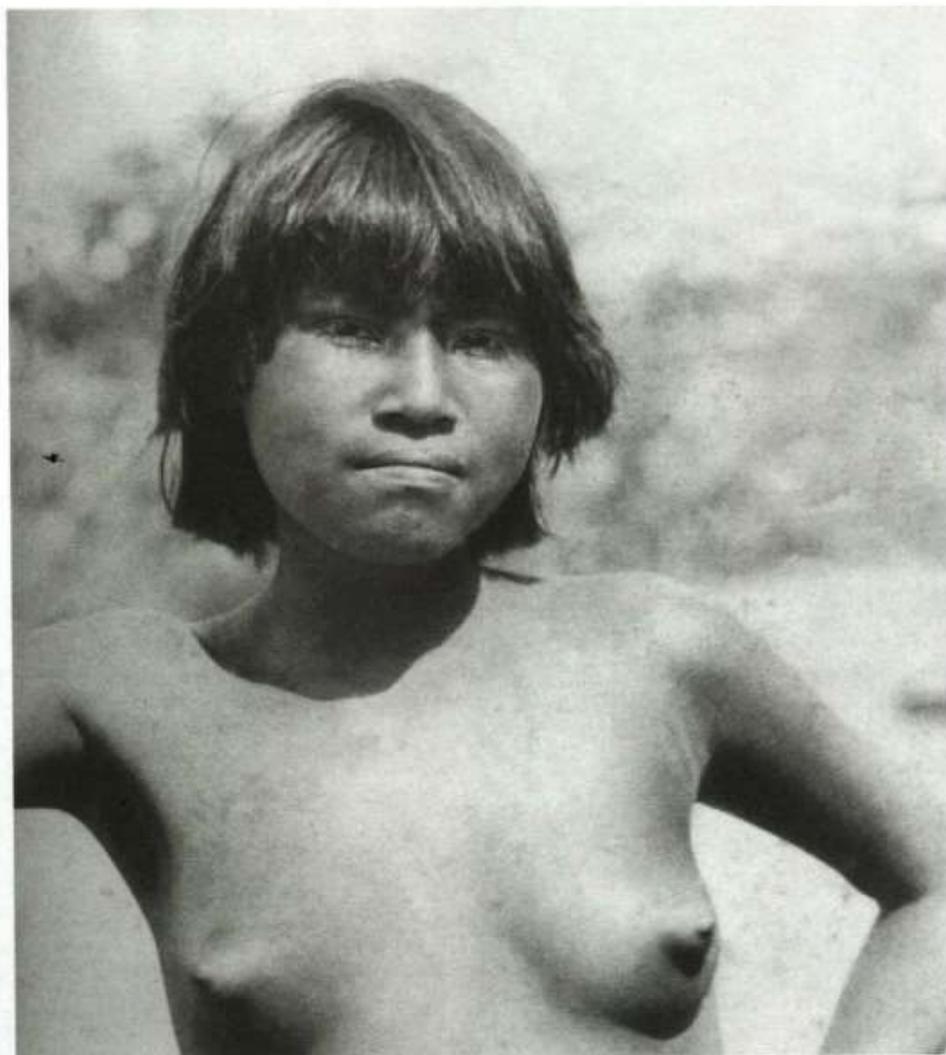


Foto: José Louro

A jovialidade e a beleza da mulher Nambiquara, associadas à disponibilidade, à doçura, à aptidão em cumprir tarefas cotidianas, aos méritos como coletoras, alimentam o ideal amoroso.



Foto: Benjamin Rondon

No tempo mítico Nambiquara, o Sol, representado por uma mulher, e a Lua, por um homem, ocupavam, sozinhos, a abóbada celestial. Toda vez que o Sol e a Lua faziam amor, nasciam estrelas. Como namotavam todos os dias, logo o céu resplandeceu em milhares e milhares de estrelas.

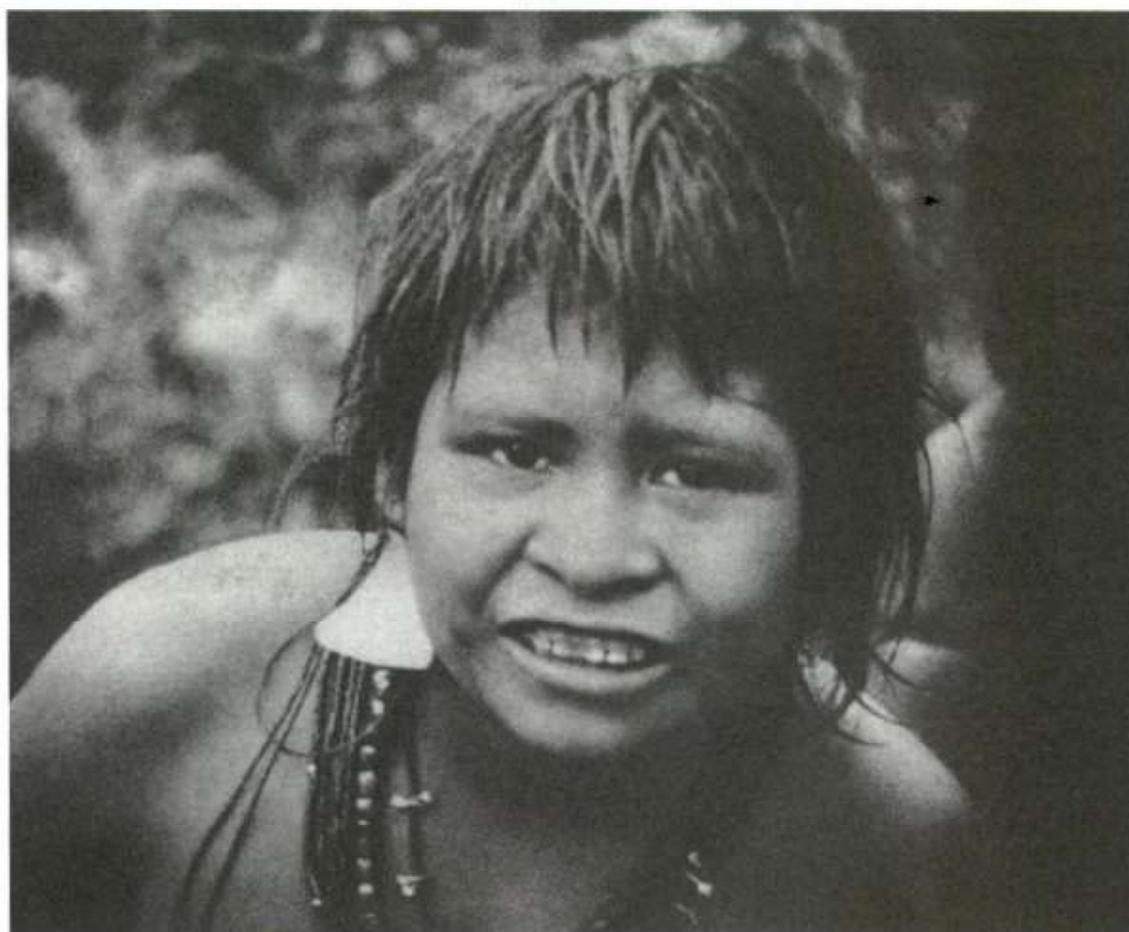


Foto: Thomaz Reis

Uma mulher é sempre bem vinda ao mundo Nambiquara. Desfruta de privilegiada posição, mesmo não exercendo nenhuma função que a destaque diante às demais. Junto ao seu companheiro, compartilha de importantes decisões.

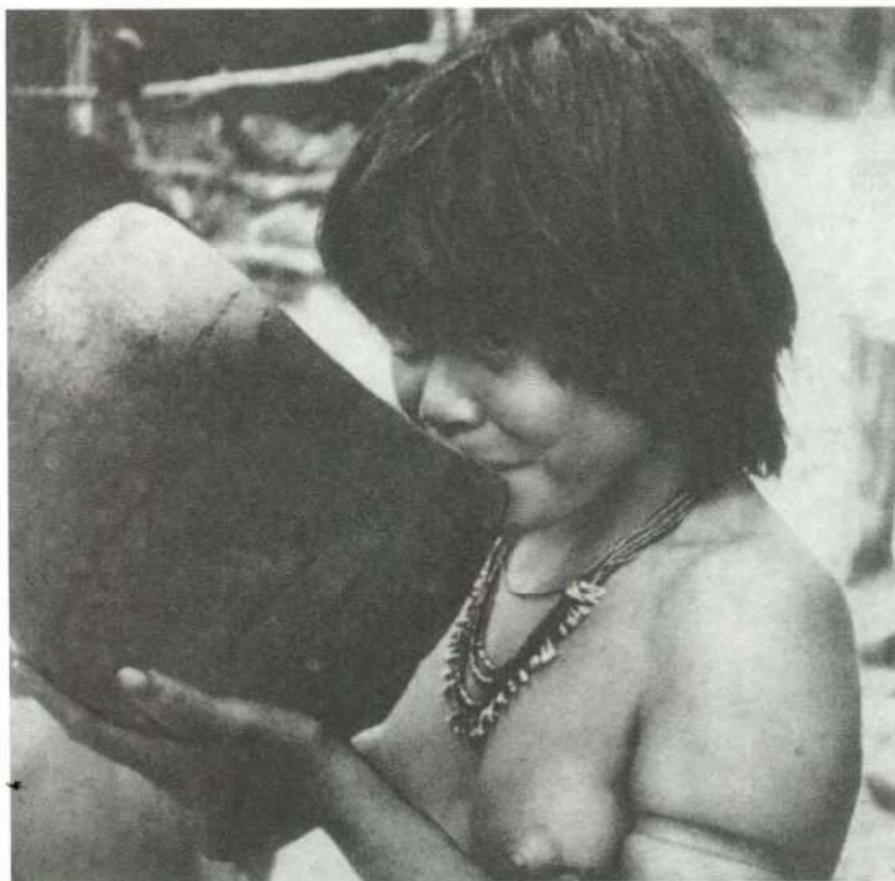


Foto: Thomaz Reis

Dusu, em língua Nambiquara, quer dizer mulher, mel e urucum. A mulher como origem da vida; o mel, como doçura ofertada por um alimento, necessário ao ânimo; o urucum, que simboliza o sangue do menino que se transmutou em plantas comestíveis e utilitárias, imprescindíveis à boa saúde espiritual e corporal.



Foto: Thomaz Reis

No dia-a-dia Nambiquara inexistente um tempo estabelecido ao descanso e ao tempo livre. Descansar, muitas vezes, pode estar vinculado ao aconchego das crianças para furtar-lhes risos e carícias.

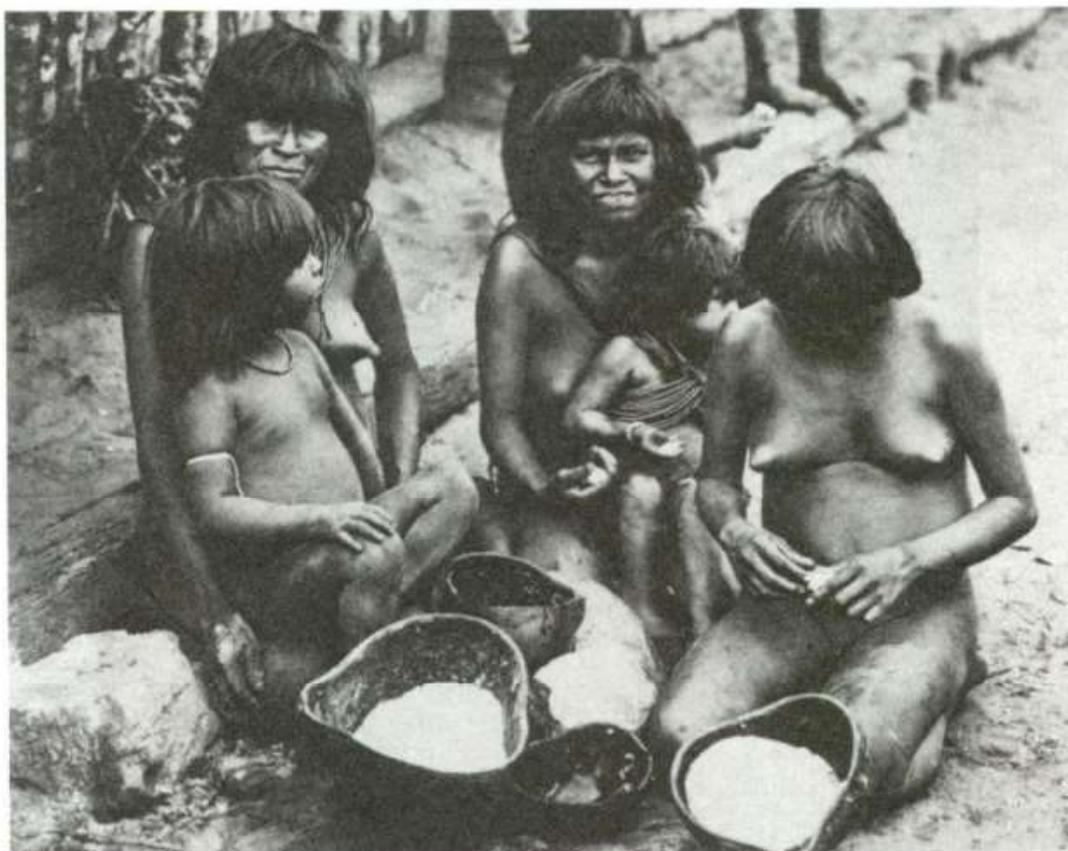


Foto: José Louro

Na sociedade Nambiquara, a divisão do trabalho baseia-se na diferença etária e sexual; os homens derrubam, queimam e cultivam vegetais na roça, caçam, pescam, participam da coleta e constroem casas; as mulheres coletam frutos, tubérculos, répteis e insetos, preparam o alimento, fiam algodão, cuidam dos filhos.



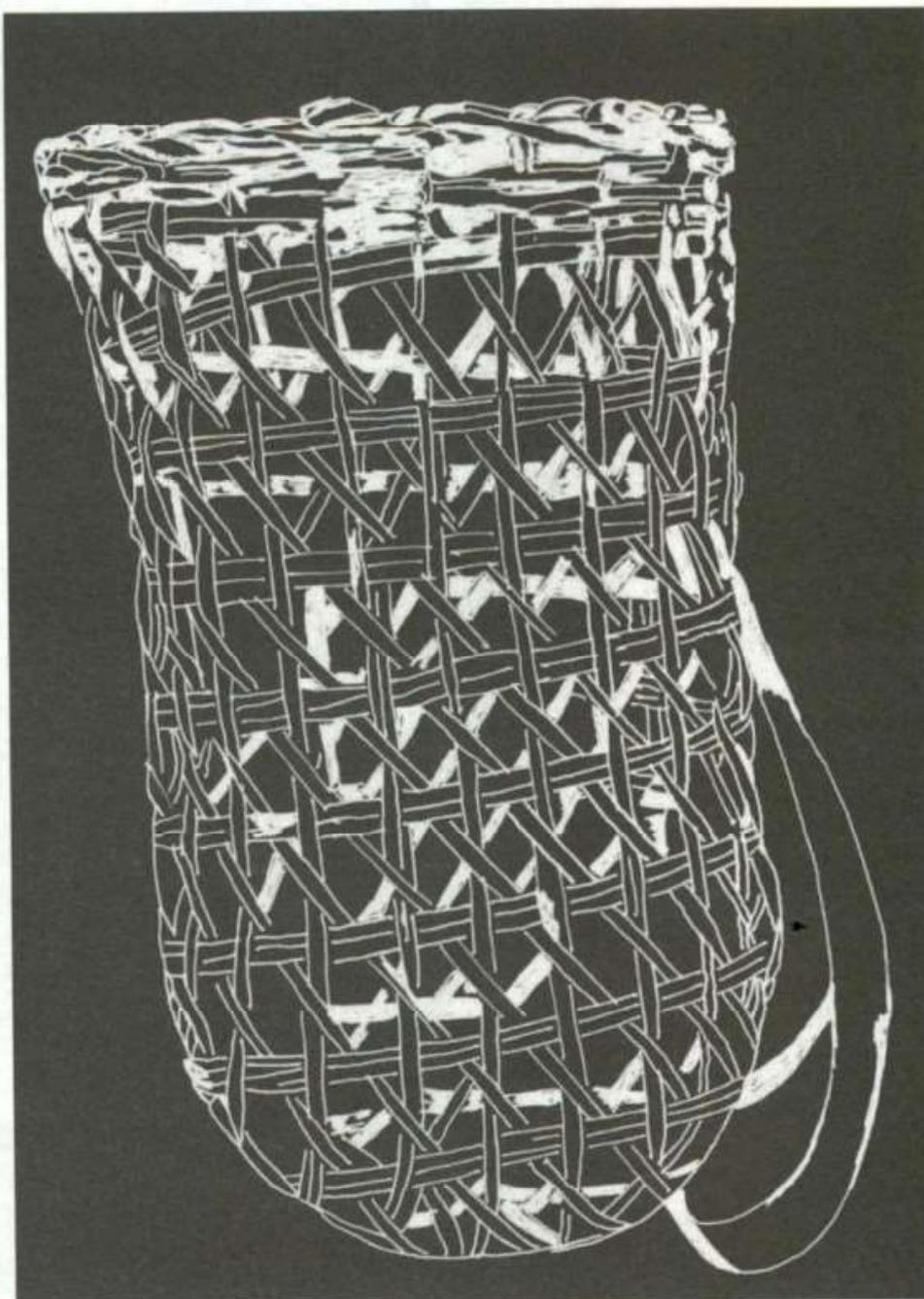
Foto: José Louro

A dualidade anual do mundo Nambiquara distingue as ações masculinas e femininas. O homem indica a chuva, a vida sedentária, voltada à atividade agrícola e à construção das casas. A mulher representa a estiação, a dispersão, o campo aberto, em que a coleta de diversos produtos sobressai às demais atividades.



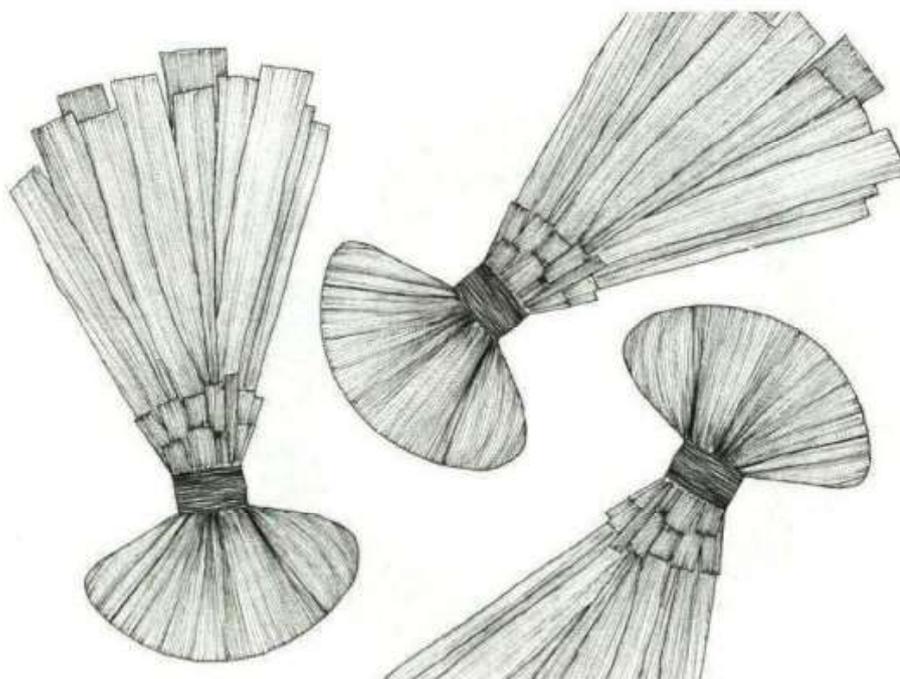
Foto: José Louro

As crianças se encontram, com frequência, referendadas na mitologia, quando são responsáveis pelas inovações nos modos de viver Nambiquara. São elas que trazem as grandes transformações e, por sua condição etária, não são castigadas por seus atos imprevisíveis. Logo que nascem, com o canto do pajé, recebem um nome escolhido pelo senhor dos nomes próprios, *Dauásunusu*.



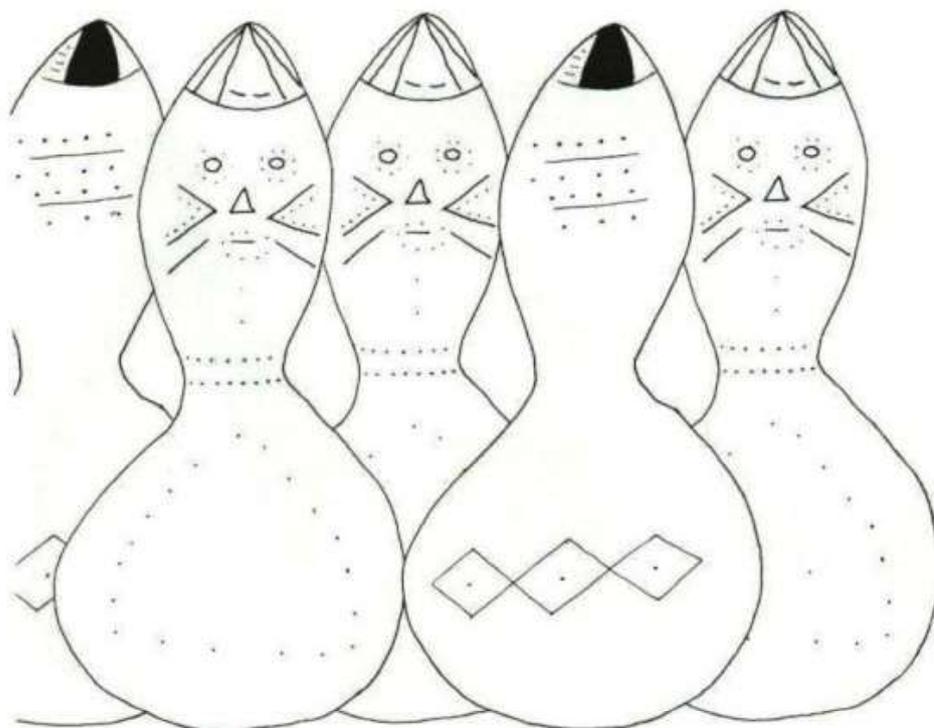
Cesto-cargueiro [hatisu]

Na mitologia Nambiquara, a existência do cesto-cargueiro deu-se pela interferência do tatu-galinha e do tatu-peludo. De grande utilidade na vida doméstica feminina, serve de transporte de lenha, caldeirão com água, produtos da coleta. O cesto-cargueiro simboliza o desprendimento dos bens materiais, já que indica a quantidade de objetos que podem possuir.



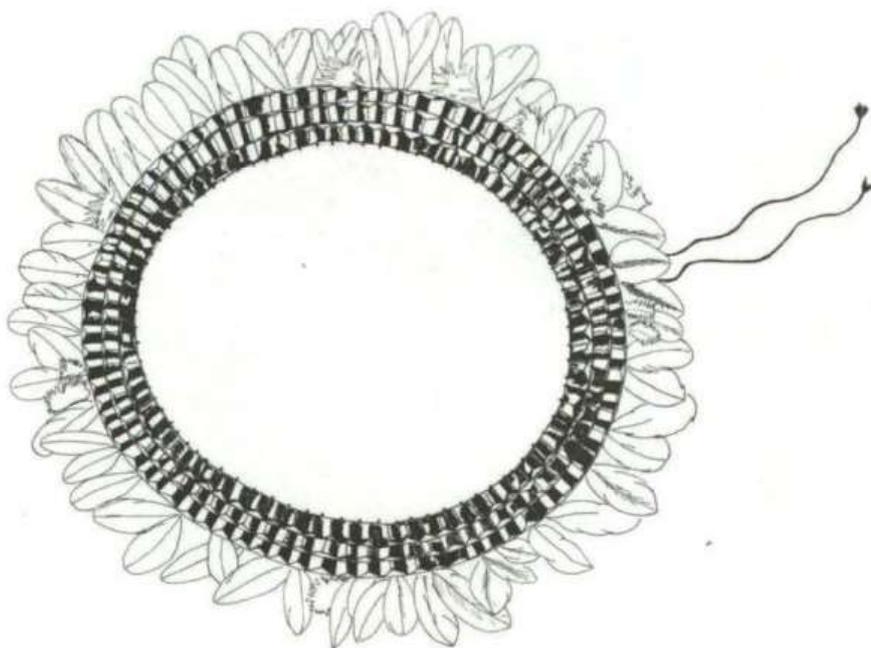
Peteca [hãirakisu]

As brincadeiras e jogos podem acontecer a qualquer momento do dia. Não há um lugar específico para as atividades lúdicas, basta que seja suficiente às necessidades de cada brincadeira. A peteca, brinquedo confeccionado com palhas secas do milho, relaciona-se à caça de uma espécie miúda de roedor do campo, presente na dieta alimentar Nambiquara.



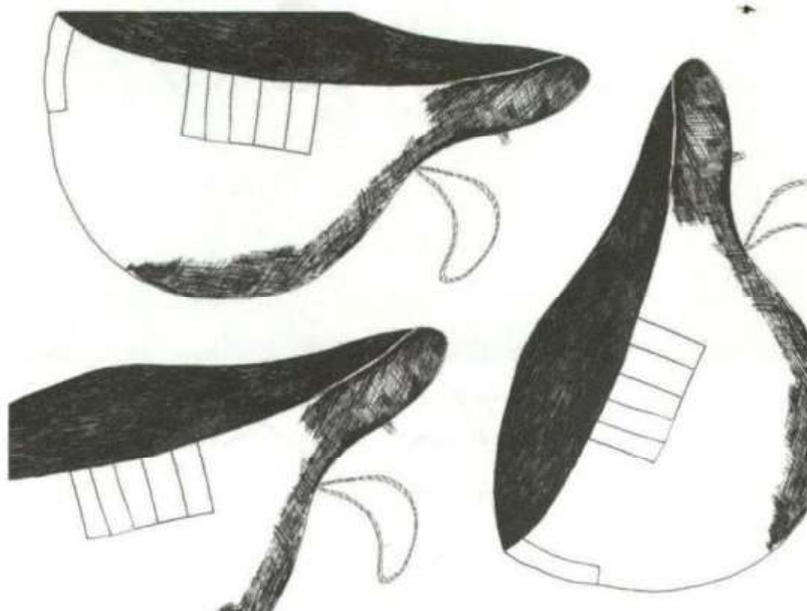
Brinquedo boneco de cabaça [kukisu]

A brincadeira Nambiquara tem a função de ensinar as crianças algumas atividades que deverão desempenhar futuramente. Em geral, os brinquedos são confeccionados por seus pais, pois não se encontram aptas a empregar ferramentas. Com a cabaça, elaboram bonecos para que meninos e meninas aprendam a inseri-los em representações de cenas cotidianas.



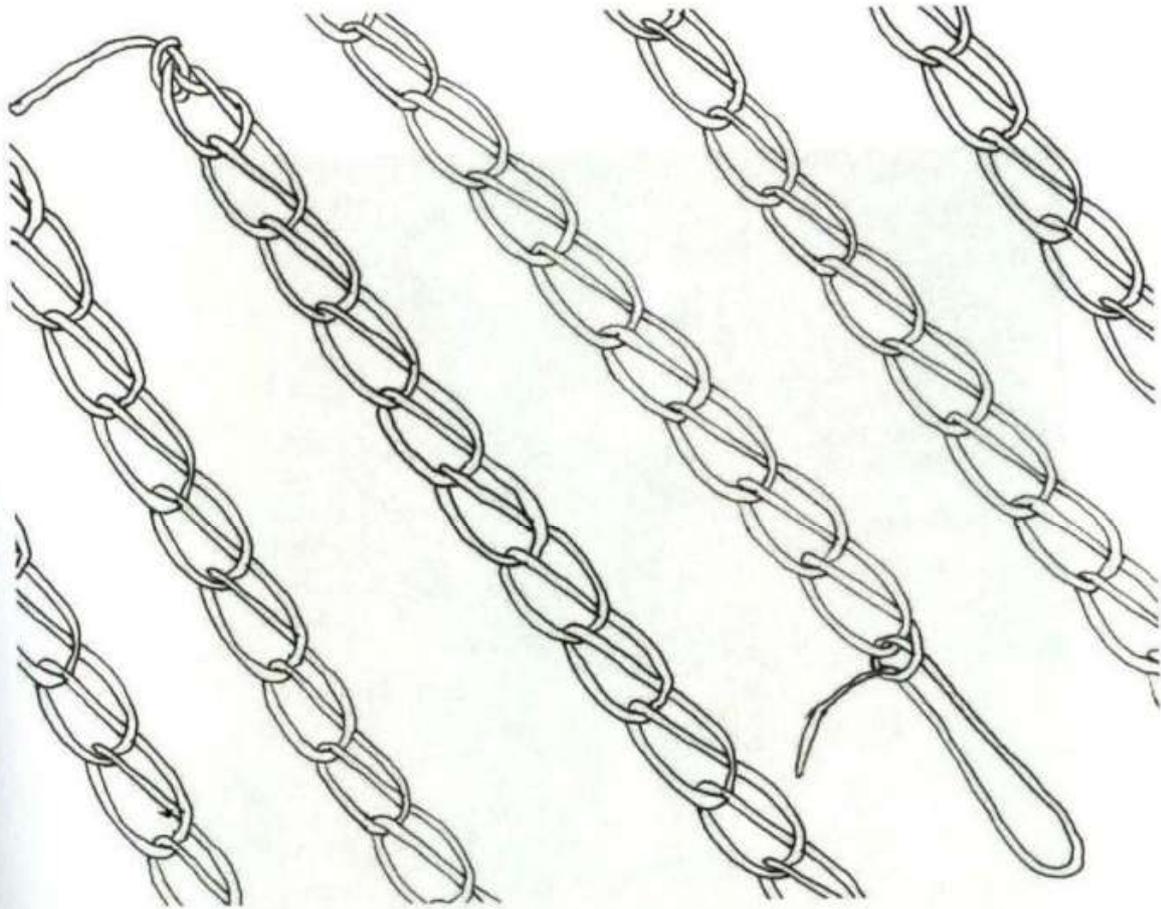
Aro emplumado [yalankalosu]

O tucano, de plumagem excepcional, na mitologia Nambiquara, foi o criador do ritual de puberdade feminina, iniciado durante a menarca. A fim de trazer alegria à aldeia, ordenou ao xamã que organizasse uma grande festa, ensinando-lhe um canto e a confeccionar um adorno de cabeça para a menina-moça usar durante as festividades.



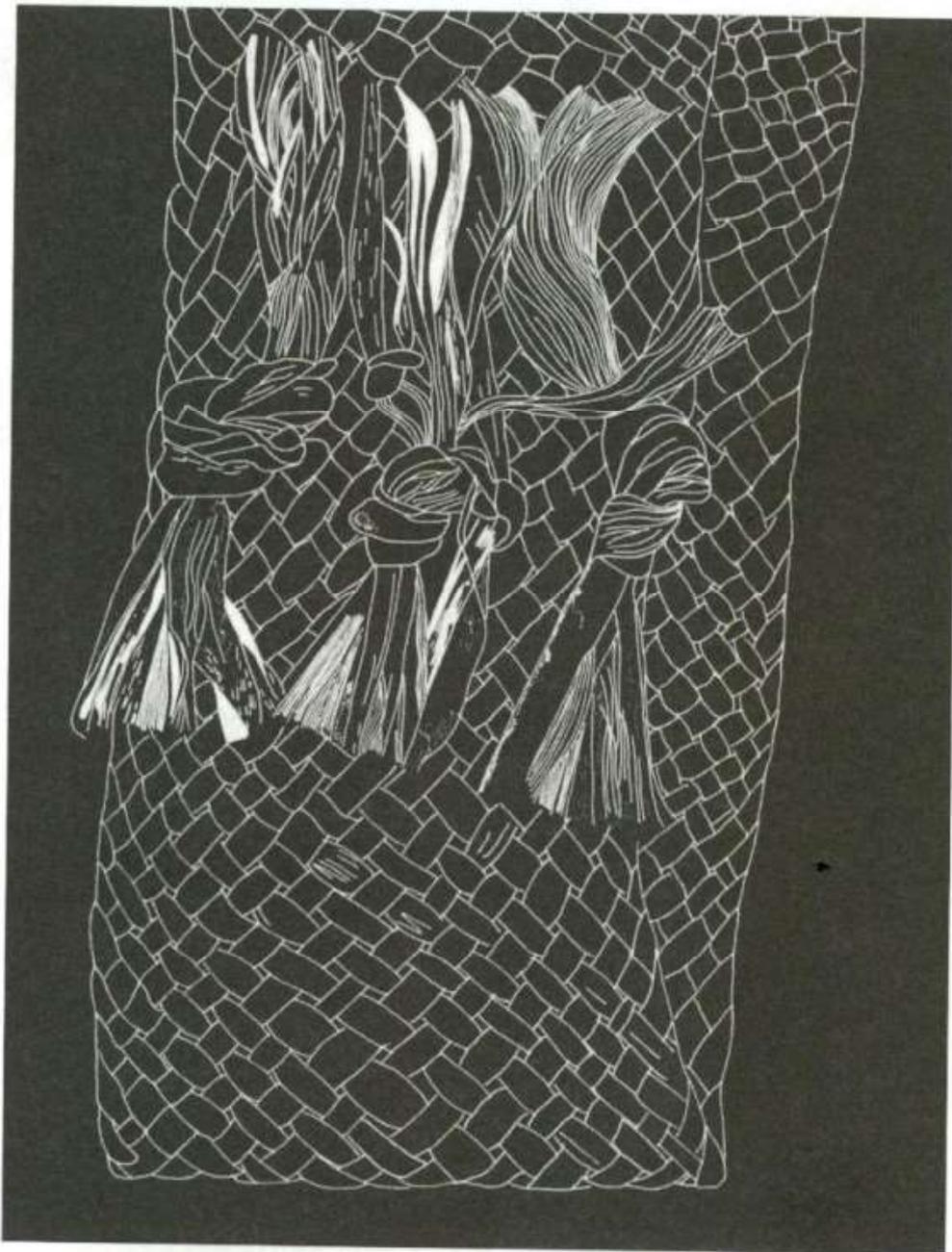
Cuias de cabaça [kadesu]

As cuias são utensílios domésticos feitos do fruto da cabaça, destinadas à guarda e serviço de alimentos. A cabaça encontra-se presente na mitologia Nambiquara, no momento em que o menino se transforma em plantas comestíveis e utilitárias para o seu povo, dando origem à agricultura, quando sua cabeça é transmutada em cabaça.



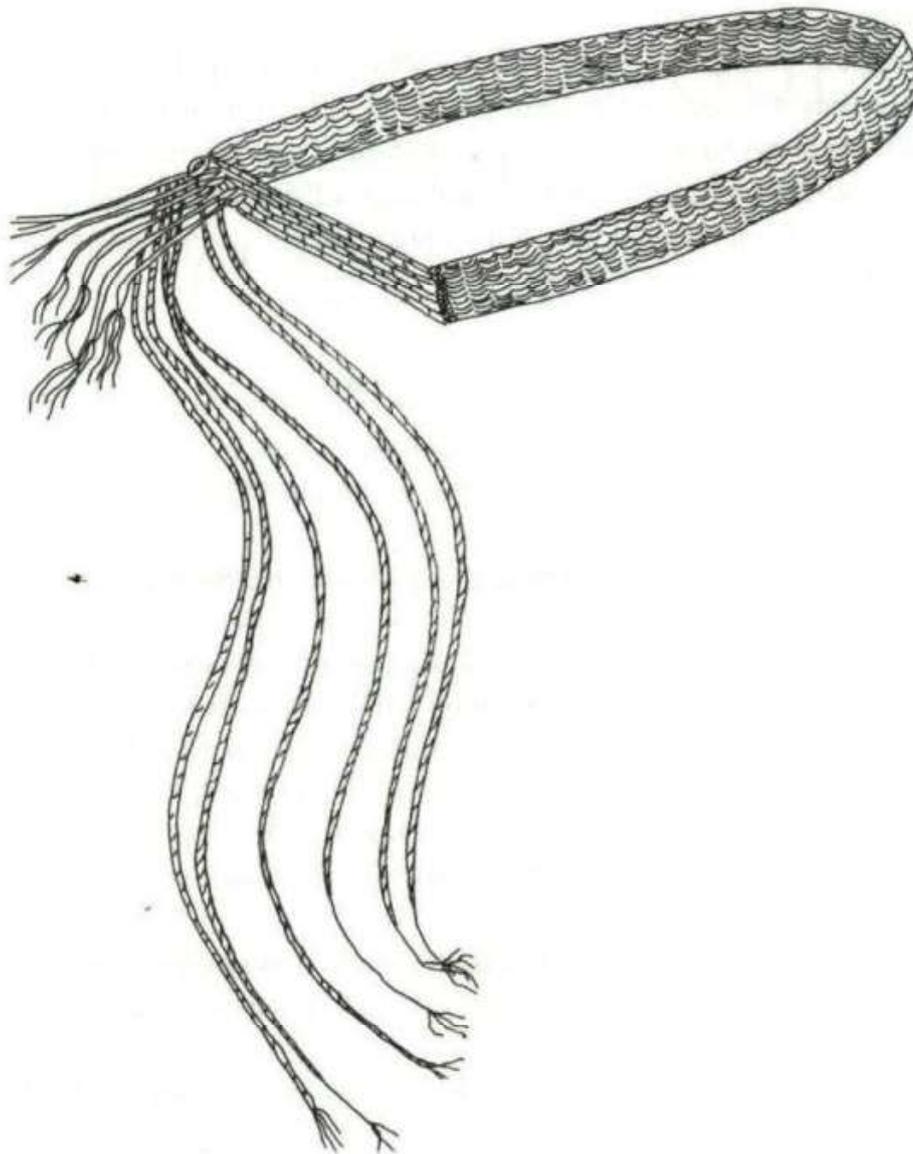
Cordão mágico de parto [kadulakisu]

De elaboração masculina, mede em torno de dois metros e tem a serventia de facilitar o parto difícil, ao ser esticado sobre a barriga da parturiente, a ponto de desfazer todos os nós. Pais de recém-nascidos não podem confeccioná-lo, pois crêem que, mais tarde, as crianças estarão impedidas de andar.



Tipóia trançada [salakalosu]

Uma mãe Nambiquara com crianças pequeninas é sempre vista com uma tipóia cruzada no peito, mesmo que não estejam em seus braços. É proibitivo à mãe retirar a faixa para depositá-la num canto qualquer da casa. Acredita-se que ao perder a tipóia muita tristeza assolará a família.



Braçadeira tecida [kwalansu]

Faixa estreita tecida em tear com fios de algodão nativo ou industrializado, usada na altura do bíceps. Possui barbantes que permitem a regulação do diâmetro para ser adaptado a qualquer braço. Tem as funções de decoro e enrijecimento dos músculos do antebraço e é utilizada por ambos os sexos.

O POVO NAMBIQUARA

Grupos: Halotesu, Kithaulhu, Sawentesu, Wakalitesu, Siwaisu, Hinkutesu, Neyahlosu, Mamaindê, Sabanê, Negarotê, Wasusu, Alantesu, Latundê, Tawantê, Katitaulhu, dentre outros.

Localização: Noroeste de Mato Grosso e Sul de Rondônia

Ecossistemas: Chapada dos Parecis, Vale do Guaporé e Serra do Norte

Terras Indígenas: Nambiquara, Pyrineus de Souza, Vale do Guaporé, Lagoa dos Brincos, Sararé, Pequizal, Taihãntesu, Tirecatinga e Tubarão-Latundê.

Línguas: Nambiquara do Campo, Nambiquara do Norte, Nambiquara do Sul.

População: 2.000

REFERÊNCIAS

AUGÉ, Marc (Dir.). **Os domínios do parentesco** (filiação, aliança matrimonial, residência). Lisboa: Edições 70, p. 23 (Perspectivas do Homem: as culturas, as sociedades).

BIGIO, Elias dos Santos. **As estratégias políticas de Rondon (1889-1930)**. Brasília: CGDOC/FUNAI, 2003.

COSTA, Anna Maria Ribeiro F. M. **Nambiquara do Cerrado: cultura material**. Cuiabá: Artíndia/FUNAI/Museu Rondon/UFMT. Registrado no Escritório de Direitos Autorais da Fundação Biblioteca Nacional, Secretaria de Cultura da Presidência da República. Rio de Janeiro, 1993, 231 p. (Digitado).

COSTA, Anna Maria Ribeiro F. M. Costa; MOREIRA DA COSTA, José Eduardo Fernandes. **Um olhar sobre a mulher Nambiquara**. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2007.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **As estruturas elementares do parentesco**. Tradução de Mariano Ferreira. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976, p. 82-91 (Antropologia, 9).

PRICE, Paul David. **Nambiquara society**. Tese de doutorado. University of Chicago, 1972.

PRICE, Paul David. Nambiquara leadership. In: **American Ethnological Society**. Vol. 8, N. 4, November, 1981.

RIBEIRO, Darcy. Rondon. In: **Confissões**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 149-154.

RONDON, Cândido Mariano da Silva. **Índios do Brasil: do Centro ao Noroeste e Sul de Mato Grosso**. Ministério da Agricultura. Rio de Janeiro: Conselho Nacional e Proteção aos Índios, 1946 (Publicação N° 97).

VIVEIROS, Esther de. **Rondon conta sua vida**. Rio de Janeiro: Cooperativa Cultural dos Esperantistas, 1969.